

informativo SENASP/MJ

Editado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública / Ministério da Justiça

Ano 2 Número 6

Dezembro/2012

DF formaliza adesão ao Programa Crack



Foto: Isaac Amorim

O Governo Federal vai investir, nos próximos dois anos, R\$ 42,2 milhões para o desenvolvimento das ações do Programa 'Crack, é possível vencer' no Distrito Federal. O anúncio foi feito no dia 7 de dezembro, em Brasília/DF, durante a cerimônia de adesão do Governo Distrital ao programa, que já foi lançado em 13 estados. O objetivo é fortalecer os serviços de segurança pública, saúde e assistência social, reduzindo, por um lado, a oferta de crack e outras drogas, com ações de prevenção e repressão policial de enfrentamento ao tráfico, e, por outro lado, aumentando a oferta de tratamento, acolhimento e atenção aos usuários e dependentes.

Até março de 2013, o DF receberá R\$ 5,8 milhões para execução de ações pactuadas na área da segurança pública. Serão entregues três bases móveis de monitoramento, 60 câmeras de videomonitoramento, seis carros, seis motocicletas e 600 equipamentos de menor potencial ofensivo. Também serão qualificados 160 profissionais da área, que receberão instruções sobre funcionamento das bases comunitárias de segurança, redes de atenção e cuidado ao usuário de crack e outras drogas e diretrizes de uso da força para proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No que diz respeito à saúde, deverão ser investidos R\$ 26,6 milhões. A previsão é de que o Distrito Federal receba 79 novos leitos em enfermarias de saúde mental em hospitais gerais para atendimentos e internações de curta duração; quatro novos Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPS-AD) em funcionamento por 24 horas e adaptação de outra unidade para oferta de tratamento continuado; três Unidades de Acolhimento Adulto e duas Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil, para controle da abstinência, além de três Consultórios na Rua, para intervenção nas cenas de uso. Um desses consultórios já está em funcionamento.

Na área de desenvolvimento social, o DF possui 11 Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) com prestação de serviços cofinanciados pelo MDS. Com o Programa Crack, essas unidades passam a receber mais recursos do MDS para subsidiar as equipes do Serviço de Abordagem Social nas ruas, que atuam em parceria com as equipes de saúde, identificando e encaminhando os usuários de drogas aos cuidados do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS). Até 2014, os investimentos do MDS para a ação de abordagem social chegarão a R\$ 1,8 milhão.

O DF também já recebe verba do Governo Federal para apoio aos serviços de acolhimento, com 700 vagas em abrigos, quatro Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP) e 31 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Para o eixo de prevenção, serão investidos R\$ 8 milhões até 2014, para capacitação de 24 mil pessoas, dentre lideranças comunitárias, conselheiros municipais, profissionais de saúde e assistência social, lideranças religiosas, educadores da rede pública, operadores do Direito, gestores, profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas. Outros R\$ 2 milhões deverão ser investidos para capacitação de profissionais por meio dos três Centros Regionais de Referência (CRR) em instituições públicas de ensino superior localizadas no DF.

Formalizada no dia em que o Programa completou um ano de lançamento, a adesão do DF contou com a presença da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, da secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), Regina Miki, e do governador Agnelo Queiroz. A iniciativa já está sendo desenvolvida nos Estados de AL, PE, RJ, RS, MG, AC, SC, ES, MS, PI, PR, CE e SP. ●

MJ reúne governadores e secretários para avaliação anual da segurança nas fronteiras



Foto: Isaac Amorim

O Ministério da Justiça reuniu, no dia 7 de dezembro, em Brasília/DF, governadores e secretários de Segurança Pública dos Estados do AC, AP, AM, MT, MS, RO, RR, PA, PR, RS e SC para uma avaliação preliminar dos avanços e investimentos realizados em 2012 no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron). Dentre as principais temáticas abordadas estiveram particularidades sobre execução de convênios, a importância do envolvimento dos gestores no Plano Nacional, os problemas enfrentados na radiocomunicação, indicadores de violência e demandas de efetivo para atuar na faixa de fronteira do país.

Segundo o ministro José Eduardo Cardozo, a efetivação da política de segurança pública nas fronteiras é uma das prioridades do Governo Federal, levando-se em consideração três perspectivas: gestão, investimentos e parceria, tanto por meio da integração entre as forças federais quanto pela articulação com a polícia de outros países. Dados apresentados pela secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, mostram que, nos últimos dois anos, foram investidos R\$ 260 milhões para o fortalecimento da capacidade dos estados em prevenir e reprimir crimes praticados na fronteira, o que representa um aumento de 1.300% em relação ao total de recursos executados de 2009 a 2010, período em que foram repassados R\$ 20 milhões por meio de doações e convênios.

O ministro Cardozo ressaltou que o acréscimo de investimentos, principalmente em reaparelhamento e capacitação, resultou em uma maior eficiência das ações policiais ostensi-

vas e de investigação na fronteira, com o aumento do número de apreensões de drogas, prisões de traficantes e quadrilhas desarticuladas. Ele anunciou ainda os preparativos da 22ª Operação Simultânea de Fronteira, realizada em 13 e 14 de dezembro, por todos os estados de fronteira, e propôs a criação de um Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública dos Estados de Fronteira para discutir a Enafron e os problemas gerais e específicos de cada ente federado, já prevendo a possibilidade de se realizar, no 1º quadrimestre de 2013, uma reunião de acompanhamento dos planos de ação e dos indicadores, além de visitas aos estados.

Lavagem de Dinheiro

Durante o evento, o MJ assinou acordos de cooperação federativa com oito estados de fronteira (MS, MT, AC, AM, AP, RR, RO, PA) para a implementação de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB/LD), baseados no modelo desenvolvido pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). Além da transferência de tecnologia e metodologia, conforme as diretrizes do Plano Estratégico de Fronteiras, o convênio prevê o treinamento de servidores dos estados para que se adaptem ao uso da tecnologia de análise de dados dos laboratórios.

O MJ irá investir, em cada laboratório, cerca de R\$ 1,8 milhão em equipamentos (hardwares e softwares), para produzir informações que poderão subsidiar as investigações de casos de lavagem de dinheiro e crimes a eles relacionados. Existem no Brasil 16 LABs/LD em funcionamento

em dez estados. Com a implantação de mais oito unidades na fronteira e outras duas – na Receita Federal e na Paraíba – esse número chegará a 26.

Medalha de reconhecimento

Em meio à visita dos representantes dos estados de fronteira ao Palácio da Justiça, a secretária Regina Miki recebeu, do Governo de Rondônia, a Medalha Jorge Teixeira de Oliveira, por cooperar com a efetivação de projetos de segurança pública conveniados. O reconhecimento dá-se porque, de 2011 a 2012, a Senasp investiu R\$ 8,5 milhões no estado, em ações de reaparelhamento da Polícia Civil, do Instituto Laboratorial Criminal e do Setor de Documentoscopia do Instituto de Criminalística.

A verba também foi destinada à implantação de bases móveis de videomonitoramento; ações de policiamento comunitário; capacitação de instrutores do Proerd; mapeamento de competências dos servidores de segurança pública; fortalecimento do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil e da Unidade de Policiamento Especializado de Fronteira e implantação da Enafron. Na área operacional, o estado agradece o emprego e manutenção da Força Nacional de Segurança Pública em operações emergenciais e de prevenção nos últimos dois anos, visando a redução da violência, principalmente dos crimes contra a vida. Segundo informações da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia, a previsão é de que, em 2013, o investimento em segurança pública no estado chegue a R\$ 27,2 milhões. ●

MJ vai destinar R\$ 134 milhões para radiocomunicação digital na fronteira

O Ministério da Justiça (MJ) vai investir, até 2014, R\$ 134 milhões na implementação de sistema de radiocomunicação digital nos órgãos de segurança pública dos estados localizados na faixa de fronteira. Os recursos serão destinados à aquisição de infraestrutura e equipamentos, permitindo troca de informações e ações integradas para prevenção, fiscalização e repressão de crimes transfronteiriços no AC, AP, AM, MT, MS, RO, RR, PA, PR, RS e SC.

O investimento é uma resposta da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) às demandas por

melhoria da capacidade operacional dos estados de fronteira, que apresentam sistemas precários de radiocomunicação, com cobertura limitada e número reduzido de terminais. A iniciativa, realizada no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), dará início à migração do sistema analógico existente para a tecnologia digital criptografada, evitando que ocorram escutas não autorizadas em operações policiais.

O repasse de recursos leva em consideração as definições do Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Inte-

grada nas Fronteiras, criado pela Senasp, em fevereiro deste ano. O GT apontou a necessidade de implantar um sistema integrado e padronizado de radiocomunicação na divisa do Brasil com outros países da América Latina.

A modernização dos sistemas de radiocomunicação para transmissão de voz e dados nos órgãos estaduais de segurança pública visa também à racionalização dos recursos a serem empregados, tanto na implantação como na manutenção dos sistemas. ●

Senasp conclui 2ª edição dos Cursos de Análise Criminal e Unidade de Fronteira



Foto: Divulgação

Foram encerrados, no dia 7 de dezembro, a 2ª edição dos Cursos de Análise Criminal, em Santana do Livramento/RS, e de Unidade Especializada de Fronteira, em Dourados/MS. Promovidos simultaneamente, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), por meio do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (Depaid), os cursos iniciaram suas aulas no dia 19 de novembro e fazem parte das ações de capacitação e treinamento dos agentes de segurança que atuam nos 11 estados de fronteira, previstas na Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron).

O Curso de Análise Criminal contou com a participação de 69 policiais civis, militares, federais e rodoviários federais, que atuam na área de inteligência ou na alimentação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). Com o objetivo de treinar esses profissionais para de-

envolverem e usarem instrumentos e produtos da análise criminal, alinhados com as melhores práticas internacionais, o curso focou a padronização de procedimentos a serem adotados nos Arcos Norte, Central e Sul da faixa de fronteira.

Por conta da temática voltada também ao Sinesp, puderam participar das instruções profissionais de todos os estados do país. Além de Teorias e Introdução à Análise Criminal, os policiais aprimoraram o raciocínio sobre Criminologia Ambiental; Produção do Conhecimento: Metodologia; Fundamentos de Estatística; Análise Criminal como Estratégia de Contrainteligência nas Ações de Segurança Pública; Sistema de Informações Geográficas; Análise de Problemas e Indicadores e Operacionalização da Análise.

Diferentemente do Curso de Análise Criminal, que qualificou profissionais para as atividades-fins, o Curso de Unidade Especializada de Fronteira capacitou os policiais estaduais e federais para atuarem como multiplica-

dores. Participaram 26 profissionais apenas dos estados de fronteira – AC, AP, AM, MT, MS, RO, RR, PA, PR, RS e SC. Em 134 horas de aulas práticas e teóricas, foram discutidos, dentre outros temas, Identificação de Explosivos; Investigação Criminal; Gestão da Informação; Metodologia de Ensino; Equipamentos de Proteção Individual e Táticos; Procedimentos em Ocorrências Fronteiriças; Reconhecimento de Drogas Ilícitas; Georreferenciamento; Atendimento Pré-Hospitalar; Táticas de Confrontos Armados; Patrulhamento Policial; Tiro e Técnicas de Imobilização.

A intenção da Senasp é de que os multiplicadores repliquem, de forma padronizada, as técnicas e táticas passadas no curso em seus estados de origem, habilitando profissionais de segurança pública que efetivamente atuam nas Unidades Especializadas de Fronteira. Em 2012, a Enafron executou R\$ 1,52 milhão para apoiar a realização de 16 cursos, capacitando 560 profissionais para atuarem em tais regiões. ●

Senasp apoia Bombeiros na definição de critérios para legalização de empresas



Foto: Divulgação

O Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) publicou no Diário Oficial da União, no dia 4 de dezembro, uma Resolução (nº 29) que dispõe sobre recomendação da adoção de diretrizes para integração do processo de licenciamento pelos Corpos de Bombeiros Militares no que diz respeito à prevenção contra incêndios e pânico.

A iniciativa partiu dos resultados do Grupo de Trabalho de Segurança contra Incêndios para Micro e Pequenas Empresas (MPE) e Empreendedores Individuais (EI), criado pela Secretari-

a Nacional de Segurança Pública (Senasp) há pouco mais de um ano, para sugerir normas padronizadas nas unidades federativas e agilizar os trâmites entre o pedido e o alvará de certificação de cumprimento das medidas de segurança.

O GT, instituído pela Portaria nº 39, de 18 de outubro de 2011, levou em consideração a competência da Senasp em elaborar propostas de regulamentação em assuntos de segurança pública referentes aos setores público e privado. Com contribuições do Grupo de Trabalho, o texto do marco regulatório lançado pela Rede Nacional recomenda que os Corpos de Bombeiros devem

simplificar e uniformizar procedimentos e requisitos de prevenção contra incêndios, além de promover a entrada única de dados cadastrais e documentos.

Responsáveis por expedir as licenças de funcionamento das empresas, os Corpos de Bombeiros devem ter classificadas as atividades econômicas de baixo e alto risco, para definir quais os requisitos a serem cumpridos por cada um dos estabelecimentos. O licenciamento de empresas consideradas de baixo risco, por exemplo, poderá ser realizado com o fornecimento de informações e declarações do empreendedor e pode dispensar a vistoria prévia para início das atividades.

Após ajudar na definição de critérios de segurança para autorização de alvarás de funcionamento das empresas, a Senasp deve agora atuar no sentido de induzir, junto aos comandantes gerais, a inclusão das diretrizes sugeridas nas legislações estaduais de segurança contra incêndios e pânico. Os Corpos de Bombeiros também deverão disponibilizar materiais didáticos para que empresários, pessoas jurídicas e agentes públicos possam compreender e aplicar as normas estabelecidas. ●

Força Nacional treina policiais e cães farejadores no combate ao tráfico de drogas

A Força Nacional de Segurança Pública promoveu, entre os dias 10 e 15 de dezembro, em Ponta Porã/MS, um estágio de readaptação com 25 policiais militares de diversos estados do país que treinam cães farejadores para localizarem drogas escondidas em locais de grande fluxo de pessoas e mercadorias.

Com o objetivo de fortalecer o combate ao narcotráfico na faixa de fronteira, em apoio às ações da Polícia Federal e órgãos estaduais de segurança, o curso aprimorou o conhecimento dos profissionais no que diz respeito aos novos procedimentos técnicos e táticos operacionais vigentes nas missões da Força.

Cada policial levou para a capacitação o cachorro com o qual já trabalha em seu estado de origem. O treinamento permite desenvolver doutrinas padronizadas de emprego desses animais nas ações de varredura e reconhecimento



Foto: Arquivo / DFNSP

do cheiro de droga em ambientes e veículos, além de ajudar no enfrentamento ao tráfico de armas e pessoas, crimes ambientais e contrabando. Depois do estágio, os binômios (policial + cão) serão distribuídos nos oito estados de fronteira nos quais a Força Nacional atua (AC, AM, AP, MS, PA, PR, RO e RR).

As ações fazem parte da Operação Enafon e já resultaram este ano na prisão em flagrante de 277 suspeitos, na abordagem a 470.514 pessoas e na apreensão de 4.422 quilos de maconha, 175 quilos de cocaína e 12 quilos de crack. Desse total de drogas apreendidas entre janeiro e 6 de dezembro, 40% foram encontradas com ajuda de cães farejadores. ●

MJ participa do Congresso Nacional das Guardas Municipais e reunião do Consems



Foto: Guty / SMSU

Regina Miki e representantes da Senasp na Reunião do Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança

O Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça (MJ), colaborou com a qualificação dos debates realizados no 22º Congresso Nacional das Guardas Municipais, promovido em São Paulo/SP, entre os dias 12 e 14 de dezembro. Ao todo, 1.500 gestores, pesquisadores e profissionais de 207 cidades do país avaliaram questões como o papel do município no fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e políticas municipais de segurança. Os participantes discutiram possibilidades de se impulsionar a aprovação do Projeto de Lei do Marco Regulatório das Guardas Municipais (PL 1332/03), que tramita na Câmara dos Deputados.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que esteve no encerramento do Congresso, ao lado da secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, destacou a importância dos assuntos que tinham sido abordados pelas Guardas Municipais, por desempenharem ações de prevenção à violência e criminalidade, devendo integrar-se aos demais organismos de segurança pública do país e buscar uma normatização que lhes dê identidade. Os municípios são considerados importantes atores na viabilização de políticas públicas de promoção

de espaços urbanos seguros e têm concorrido a editais de financiamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ) voltados à execução de projetos para reaparelhamento, videomonitoramento, capacitação, campanhas educativas, oficinas de prevenção à violência nas escolas e outras atividades.

As ações da Senasp, tanto de estímulo aos municípios na elaboração de programas e planos integrados de segurança quanto no fortalecimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) foram assuntos abordados no evento. Também estiveram na pauta de debates a questão da aposentadoria especial, policiamento comunitário e mediação de conflitos.

Reunião do Consems

Regina Miki e outros representantes da Senasp participaram ainda da Reunião de Diretoria Ampliada do Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança (Consems),

que ocorreu no dia 14, na capital paulista, paralelamente ao Congresso. Além da tramitação do Projeto de Lei do Marco Regulatório das Guardas, do processo de eleição da nova diretoria do Conselho e do Encontro Nacional que deve acontecer no início de 2013, foi discutido o andamento dos convênios de adesão dos municípios à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Infoseg).

Em todo o país, 60 municípios já têm acesso ao banco de dados da Infoseg e, até o final de 2012, este número deverá subir para aproximadamente 120, com a celebração de novos convênios que estão em andamento na Senasp. O acesso das Guardas Municipais a dados de indivíduos, carteira nacional de habilitação e veículos foi regulamentado pela Portaria nº 48, publicada em agosto deste ano. Pode firmar convênio com a Senasp o município cuja Guarda Municipal tenha, na estrutura organizacional, corregedoria vinculada a uma ouvidoria externa ou outros órgãos de fiscalização e controle. O prazo de vigência do acordo é de cinco anos, podendo ser prorrogado por igual período. ●

GERÊNCIA DE CONTEÚDO

REGINA MIKI
CRISTINA VILLANOVA

TEXTOS E DIAGRAMAÇÃO
DANIELLE AZEVEDO SOUZA

Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA